



## Tribunal entrega certificados da terceira avaliação do Programa 5S

O TJ promoveu no último dia 9 de julho a entrega das avaliações dos setores que integram o Programa 5S. Implantado em 2001, o projeto busca melhorar a qualidade do ambiente de trabalho e auxiliar os funcionários na organização, limpeza e disciplina de cada setor, em busca de um ambiente agradável, seguro e produtivo. Atualmente, o 5S abrange todas as diretorias e 29 gabinetes de desembargadores e juízes de 2º Grau.

Os outros gabinetes devem aderir ao programa ainda neste segundo semestre. A entrega da terceira avaliação dos setores foi realizada pelo desembargador Luiz César Medeiros, conselheiro responsável pela área de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho de Gestão do Judiciário, auxiliado por Wanderley Horn Hülse, coordenador em exercício da Assessoria de Planejamento (Asplan). "Pode parecer uma preocupação com detalhes, mas é desta forma que poderemos construir um ambiente de trabalho melhor, capaz de garantir satisfação para aqueles que nele desempenham suas atividades", explicou o magistrado.



Desembargador Luiz César Medeiros explica aos representantes das diretorias e gabinetes os objetivos do programa



Momento da entrega das avaliações, oportunidade para os setores tomarem conhecimento de seus desempenhos



## Diretoria nota 10: Infraestrutura, compromissada, recebe as cinco carinhas azuis

Na avaliação do Programa 5S realizada no Tribunal de Justiça neste 1º semestre de 2009, a Diretoria de Infraestrutura (DIE) foi a única entre as diretorias a obter nota máxima em todos os sentidos analisados: utilização, coordenação, limpeza, saúde e autodisciplina.

O segredo para tal resultado foi a coordenação de Izabel Costa Ungaretti, assessora técnica que visitou todos os setores da diretoria antes da avaliação, aliada ao compromisso e à incorporação das diretrizes do 5S pelos funcionários. O périplo aconteceu na primeira semana de junho,

assim que a data da avaliação foi divulgada.

"A maioria dos setores estava muito bem estruturada e organizada. Todos já tinham abraçado a causa; somente melhoraram ainda mais para alcançarmos a nota máxima", garante Izabel. O diretor da DIE, Alberto Pizolatti Remor, afirma que a fórmula utilizada continuará a ser aplicada. "Vamos intensificar o contato com os setores para mensal, e ajudá-los caso encontrem alguma dificuldade em manter os 5S", explicou.






Outra ação para manter o excelente

resultado, será estender o curso do programa 5S àqueles funcionários que ainda não o fizeram. Eles representam 40% da diretoria, devido à grande rotatividade dos funcionários. Entre os gabinetes, os dos desembargadores Cid José Goulart Júnior, Marli Mosimann Vargas, Rui Francisco Barreiros Fortes, Salim Schead dos Santos e Victor José Sebem Ferreira e do desembargador substituto Ronaldo Moritz Martins da Silva, obtiveram a excelência na avaliação.



Prateleiras organizadas e mesas limpas fizeram a Diretoria de Infraestrutura ganhar nota máxima nos sentidos

**Os 5 Sentidos**

-  UTILIZAÇÃO
-  ORDENAÇÃO
-  LIMPEZA
-  SAÚDE
-  AUTODISCIPLINA



## Licença Maternidade

## Servidoras terão mais tempo para se dedicar aos herdeiros

Andréa Frazão Duarte Hoemke está no 8º mês de gestação e desde a semana passada tem mais um motivo para comemorar. Assim que Henrique nascer, a servidora, lotada na Divisão de Provisão de Cargos da DRH, vai poder amamentá-lo por mais tempo e ficar mais próximo do filho. Isso porque, no final de junho, o Conselho de Gestão do TJ decidiu aplicar o benefício da extensão da licença maternidade, assim que oficializado pelo governo do Estado.



O governador Luiz Henrique da Silveira, no início deste mês, sancionou a Lei n.º 11.770, que aumentou o tempo da licença maternidade de 120 para 180 dias para todas as servidoras estaduais. "Estou muito feliz. Agora terei a chance de amamentar o Henrique por mais tempo. Que bom que seguiram as recomendações médicas", afirma a servidora, com sorriso nos lábios.

A Lei, aprovada no Congresso em setembro do ano passado para trabalhadoras da iniciativa privada e, em dezembro para as

funcionárias públicas federais, depende de regulamentação nos Estados para beneficiar servidores públicos estaduais.

A licença de seis meses atendeu recomendações médicas e reivindicação antiga de diversas entidades de classe e movimentos sociais. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a mãe deve amamentar o bebê por no mínimo seis meses e preferencialmente até dois anos. As servidoras que estão de licença também terão direito à ampliação. "Já fizemos um levantamento de todas as mães que se encontram em licença. Elas terão seus prazos estendidos por mais 60 dias automaticamente", afirmou o diretor de Recursos Humanos, Raphael Jaques de Souza.

### Saiba mais sobre a Lei n.º 11.770:

- > Os pais também serão beneficiados: a licença paternidade passou de oito para 15 dias;
- > Os pais que adotarem crianças de até seis anos terão direito aos benefícios;
- > Até o momento, os comissionados não têm direito à ampliação. A DRH estuda tal possibilidade de ampliá-lo;
- > Com a morte da mãe ou abandono do lar, a licença de 180 dias será concedida aos homens;
- > No caso dos funcionários terceirizados, cabe à empresa decidir se será de 120 ou 180 dias a licença.

## Perfil: Evandro Garcia



Natural de Florianópolis, Evandro ingressou no TJ em 2002 como técnico judiciário na Diretoria de Orçamentos e Finanças, mas foi a partir do começo deste ano que ele resolveu mudar sua rotina.

Todas as manhãs tinha o costume de pedalar até o final da Beira Mar Norte, voltar para casa, se arrumar, pegar o carro e vir trabalhar. Cansado de todos os dias ter que enfrentar congestionamentos no trânsito, Evandro resolveu diminuir o percurso diário e começou a vir pedalando para o Tribunal.

Morador do bairro Córrego Grande, ele realiza um percurso de 13 quilômetros até o trabalho, cerca de 23 minutos todos os dias. Por ser sócio do Serviço Social do Comércio – SESC –, localizado a poucos metros do TJ, Evandro aproveita o local para tomar uma ducha e relaxar antes de vir trabalhar.

Admirado por muitos colegas de profissão, ele garante que sua qualidade de vida melhorou muito, e indica a atividade a todos. "Só abro mão de vir de bicicleta quando está chovendo. Não por mim, não tenho problemas em me molhar, o problema é molhar a bicicleta" garante o ciclista.

Até nos finais de semana Evandro Garcia não abandona a sua "magrela". Recompensado pelo visual maravilhoso, ele sobe o Morro da Cruz pedalando. E garante ser prazeroso enfrentar a subida.



Evandro pedala na Beira-Mar a caminho do trabalho

## Sábado da Cidadania leva 200 jovens ao Fórum de Joinville

O Fórum da Comarca de Joinville promoveu, nos dias 27 e 28 de junho, o Sábado de Cidadania, que reuniu 200 pessoas, entre crianças e adolescentes do Grupo Escoteiro Príncipe de Joinville.

No Salão do Júri, o juiz Yhon Tostes recebeu o grupo e o juiz João Marcos Buch explicou o funcionamento do Poder Judiciário aos jovens. Logo após, visitaram as dependências do Fórum. Os pais também estiveram presentes no encontro, que teve o objetivo de aproximar o Judiciário da sociedade.

## Justiça minimiza dano ambiental e reduz gastos públicos

Até o final do ano, o PJ deixará de destinar 56 mil garrafas pets de água mineral ao lixo. O Conselho de Gestão autorizou a substituição do produto por bombonas instaladas em bebedouros distribuídos pelo TJ e Comarcas da Grande Florianópolis.

Além de reduzir danos ecológicos, a medida trará a economia de R\$ 60 mil aos cofres públicos. A substituição nas demais comarcas do Estado acontecerá durante o primeiro semestre de 2010. Para isso, o TJ iniciou processo de licitação para a aquisição de bebedouros e mudança nos contratos dos fornecedores de água. Ao invés de garrafas pet, deverão fazê-lo através de bombonas.



## TJ firma contrato com a CEF para gerenciamento da Conta Única

O TJ e a Caixa Econômica Federal firmaram contrato para gerenciamento do Sistema de Conta Única, que recebe os depósitos judiciais na esfera da Justiça Estadual. Após abrir negociações com os bancos públicos, considerou a proposta da CEF a mais vantajosa para a Instituição, pela qual pagará uma taxa administrativa de 0,11% em vez dos atuais 0,47% - uma economia de R\$ 300 mil ao mês.

O contrato determinou à CEF outras duas funções: administração do Fundo de Investimento e Renda Fixa e transferências do convênio Bacen/Jud. O contrato inicia no dia 20 de julho e vence em 31 de dezembro de 2009, podendo ser renovado por 60 meses.